

## ÍNDICE

PREFÁCIO	5
RESUMO	7
ABSTRACT	9
ÍNDICE	11
I. INTRODUÇÃO	15
II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1. O papel da prova processual no sistema jurídico	20
2.1.1. Aspetos gerais do conceito “prova”	22
2.1.2. Função da prova	24
2.1.3. Objeto da prova	26
2.1.4. Prova e as alegações no processo penal	28
2.1.5. Da legalidade da prova	30
2.1.6. Livre apreciação da prova e o papel do juiz na valoração da prova	32
2.2. Dos meios de prova	33
2.2.1. Da prova testemunhal	36
2.2.3. Das declarações do arguido, do assistente e das partes civis	41
2.2.3.1. Arguido	41
2.2.3.2. Assistente e das partes civis	42
2.2.4. Da prova por acareação	45
2.2.5. Da prova por reconhecimento	46
2.2.6. A prova por reconstituição do facto	48
2.2.7. Da prova pericial	49
2.2.8. Da prova documental	51
2.2.9. Os meios de prova atípicos	53

III. O CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E VIOLÊNCIA SEXUAL	57
3.1. Panorama histórico e cultural da violência de género	58
3.1.1. Mudanças nas relações de poder e o patriarcado	62
3.1.2. O papel das normas sociais na manutenção da violência de género	64
3.2. Violência de género em Portugal: história e contexto atual	69
3.2.1. Evolução legislativa e políticas públicas sobre violência de género	72
3.3. Aspetos criminológicos da violência de género	74
3.3.1. Causas e fatores de risco da violência de género	74
3.3.2. Prevalência e padrões da violência de género	76
3.3.3. Impacto da violência de género nas vítimas	77
3.3.4. Revitimização	78
3.3.5. Perfis dos agressores	79
3.3.6. Eficácia das respostas institucionais	80
3.4. Características da violência sexual e as suas implicações	81
3.4.1. Dinâmicas da violência sexual: definições e contextualizações	82
3.4.1.1. A violência sexual como instrumento de controlo e dominação	83
3.4.1.2. Impactos psicológicos, físicos e sociais nas vítimas	90
3.4.2. Violência sexual em Portugal: cenário atual e desafios	92
3.4.2.1. A história da violência sexual em Portugal para o cenário atual	93
3.4.2.2. Estudo de casos e dados estatísticos	105
3.4.2.3. O papel das instituições na proteção das vítimas	106
3.4.2.4. Iniciativas e projetos de intervenção social e apoio às vítimas	108
3.4.3. Aspetos da criminologia na violência sexual	109
3.4.3.1. Perfis dos agressores sexuais: padrões comuns	111
3.4.3.1.1. Teorias criminológicas sobre o comportamento dos agressores sexuais	113
3.4.3.2. Estudo de criminologia sobre vitimização e prevenção	118
3.5. A influência de estereótipos e preconceitos na perceção das vítimas de violência de género e sexual	120
3.5.1. A construção social do estereótipo da vítima e do agressor	121

3.5.2. Mitos e preconceitos que distorcem a percepção dos crimes sexuais	124
3.5.3. A revitimização e a descrédibilização da palavra da vítima	125
3.5.4. O papel dos <i>media</i> e da cultura popular no reforço dos estereótipos	127
IV. O DEPOIMENTO DA VÍTIMA EM CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	131
4.1. A importância do testemunho da vítima em crimes de carácter sexual	132
4.2. O valor probatório da palavra da vítima no âmbito do processo penal	137
4.3. Desafios relacionados à credibilidade e à memória no depoimento de vítimas	141
4.3.1. Diferenças na memória entre crianças e adultos em contextos de depoimento de violência sexual	143
4.4. Questões éticas e psicológicas envolvidas no depoimento de vítimas de violência sexual	148
4.4.1. Questões específicas relativas ao depoimento de crianças	151
4.4.2. Abordagens jurídicas e psicológicas no contexto dos depoimentos de adultos	154
4.5. Análise jurisprudencial e enquadramento jurídico do depoimento como meio de prova	157
V. ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DE CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	161
5.1. Estudo de casos relevantes envolvendo violência sexual e vítimas de género	162
5.2. Análise comparativa das decisões judiciais em relação à prova testemunhal da vítima	169
5.3. Identificação de tendências e práticas jurídicas na abordagem de casos similares	171
VI. ESTRATÉGIAS DE DEFESA E ACUSAÇÃO EM PROCESSOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	175
6.1. Estratégias utilizadas pela defesa para questionar a credibilidade da vítima	176
6.2. Estratégias da acusação na proteção dos direitos da vítima e garantia de justiça	179

6.3. Reflexões sobre o impacto das estratégias processuais na obtenção de provas consistentes	182
VII. FALHAS DO SISTEMA JUDICIÁRIO NOS JULGAMENTOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL DEVIDO AOS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E AO PATRIARCADO	185
7.1. A análise da problemática cultural do patriarcado e do seu reflexo no sistema judiciário	186
7.2. Análise crítica das abordagens do sistema judiciário em casos de violência sexual	189
7.3. Identificação e discussão dos estereótipos de género e do patriarcado que afetam o julgamento em casos de violência sexual	191
7.4. Impacto dos estereótipos de género e do patriarcado na avaliação da palavra da vítima como prova e na justiça para as vítimas de violência sexual	193
VIII. PROPOSTAS PARA A VALORIZAÇÃO DA PALAVRA DA VÍTIMA COMO PROVA EM CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	199
8.1. Considerações finais sobre a palavra da vítima e o sistema judiciário português	200
8.2. Reformulação das normas processuais e da prática judicial em Portugal	203
8.3. Capacitação e sensibilização dos profissionais do direito em Portugal	206
8.4. A implementação de protocolos de intervenção no sistema judicial português	210
8.5. A importância da intervenção interdisciplinar no contexto português	213
CONCLUSÃO	217
BIBLIOGRAFIA	221
LEGISLAÇÃO	229
Jurisprudência nacional	229
Jurisprudência e legislação internacional	230